

1 INTRODUÇÃO

Temos acompanhado nos últimos anos o Brasil figurar no cenário dos importantes eventos esportivos, quais sejam: os Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011); Jogos Mundiais dos Trabalhadores e Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo de Futebol de 2014, culminando com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Por esse motivo o assunto ganhou força no meio político, acadêmico¹ e nos fóruns sociais em que se aborda, dentre outras questões, a necessidade de investimentos em infraestrutura, mobilidade urbana, aeroportos etc. Vislumbram-se também, além de ações para a valorização da cidade e do país sede, a capacitação de pessoal, como gestores, prestadores de serviços e também da formação de atletas. Existe grande expectativa de que o país como sede de grandes eventos esportivos transforme isso em legados sociais, econômicos, mas também que tenhamos o retorno político e simbólico, que seria resultado do rendimento dos atletas nos Jogos Olímpicos de 2016. Contudo, ficamos a perguntar: Qual seria a relação entre o legado tangível (praças esportivas) e a detecção, formação e promoção dos atletas (legado intangível)?

Quando observados os investimentos na organização desses megaeventos² percebemos maior direcionamento de recursos para os legados tangíveis, deixando os intangíveis em segundo plano. Almeida e Marchi Júnior (2012) analisaram o direcionamento dado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) às verbas provenientes das loterias federais, regulamentada pela Lei (10.264/2001), conhecida como Agnelo Piva³. Utilizando dessas verbas, em 2008 o COB investiu perto de 45 milhões de reais em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, enquanto ações direcionadas à formação de pessoal, a preparação técnica, a manutenção e locomoção de atletas não recebeu nenhum investimento. Torna-se fundamental tratarmos desse assunto tendo em vista que

Quando houve necessidade de mão de obra qualificada para a candidatura à cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi preciso contratar prestadores de serviços estrangeiros com experiência em eventos anteriores, porém de alto custo. A situação poderia ser diferente se houvesse maior investimento nessa área (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2012, p. 588).

¹ Podemos citar dois eventos realizados no Rio de Janeiro com o intuito de debater e esclarecer questões pertinentes aos eventos: Painel Interuniversidades e Cidades Bases dos Megaeventos Esportivos 2013, 2014 e 2016; Simpósio Rio-Londres: Cidades Olímpicas.

² “Megaeventos tais como as Feiras Mundiais e Exposições, a Copa do Mundo ou as Olimpíadas são eventos especificamente direcionados para o mercado de turismo internacional e podem ser adequadamente descritos como ‘mega’ em virtude de sua grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro, do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da comunidade anfitriã” (HALL apud SILVA, 2006, p.17).

³ A Lei Agnelo/Piva, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 16 de julho de 2001, destina 2% da arrecadação bruta das loterias federais do país em favor do COB (85%) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (15%). Disponível em: <<http://www.cob.org.br/comite-olimpico-brasileiro/lei-agnelo-piva>>. Acesso: 5 de janeiro de 2012.

Situação problemática já anunciada por Rocha e Bastos (2011), quando afirmaram que o Brasil ainda se encontra em estágio inicial em termos de formação acadêmica e pesquisas científicas na área de gestão do esporte.

O não investimento na preparação, manutenção e locomoção de atletas, segundo Almeida e Marchi Júnior (2012), é reflexo da transferência dessa responsabilidade para o programa Bolsa-Atleta que visou suprir essas necessidades. Esse programa federal incentivou a criação de programas semelhantes em outros estados,⁴ sendo um deles nosso objeto de estudo: o *Bolsa Atleta Capixaba*.⁵

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo mapear e comparar a distribuição do programa *Bolsa Atleta Capixaba* nos anos de 2010, 2011 e 2012, observando os municípios que mais captaram bolsas, problematizando sobre a localização das principais praças esportivas do Estado. Analisar essa distribuição geográfica nos permitirá compreender onde residem os atletas capixabas com melhores resultados no âmbito estudantil⁶, nacional e internacional em comparação com a localização das principais praças esportivas do Espírito Santo. Reforçamos a análise identificando as modalidades esportivas que mais captaram bolsa, entendendo ser essa uma importante variável para refinar o debate.

Para alcançar o objetivo proposto, organizamos o estudo em quatro momentos. No primeiro debatemos a escolha do Brasil como sede de importantes megaeventos esportivos e os esforços realizados pelo poder público, culminando na promoção dos programas de incentivo ao esporte. No segundo apresentamos o *Programa Bolsa Atleta Capixaba*, definindo critérios de participação, valores recebidos e função do programa. Em seguida apresentamos a distribuição das bolsas por município nos anos de 2010, 2011 e 2012, apontando a concentração de atletas contemplados na região metropolitana. Fechamos a discussão com a localização das praças esportivas consideradas pelo Governo do Estado do Espírito Santo estruturadas para servir como *team base camp*⁷ para preparação das delegações classificadas para a Copa do Mundo 2014 e para os Jogos Olímpicos 2016, e a influência dessas estruturas nas modalidades e nos municípios que recebem as bolsas do *Programa Bolsa Atleta Capixaba*.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Partimos de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratória, entendendo o contexto de organização dos megaeventos e seus possíveis impactos para o país, a cidade

⁴ Observamos que em outras unidades da federação também estão sendo desenvolvidos programas semelhantes: Talento Olímpico 2016 (Paraná); Rumo ao Pódio Olímpico (DF); Programa Minas Olímpica (MG); Programa Faz Atleta (BA); Programa Santa Catarina Olímpica (SC). Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro promovem incentivos fiscais para empresas que apóiam o esporte.

⁵ Termo que se refere ao cidadão nascido em Vitória, a capital do Estado, mas que aqui será utilizado em sentido estendido a todo solo espírito-santense.

⁶ Denominação que nos parece incorreta, e que será debatida ao longo do artigo.

⁷ Campos de base para equipes – locais que servem para aclimação e aprimoramento das equipes.

sede e seus vizinhos, analisando documentos oficiais, tanto da esfera federal quanto da esfera estadual. A etapa seguinte foi mapear as modalidades e os municípios capixabas de residência dos atletas contemplados, analisando os documentos selecionados na fase exploratória: editais do *Bolsa Atleta Federal*, editais do *Bolsa Atleta Capixaba*, relatórios do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, diário oficial do Espírito Santo. Buscamos nos sítios eletrônicos oficiais, tanto do Ministério dos Esportes (ME) quanto da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (SESPORT-ES), documentos relacionados aos programas de incentivo ao esporte bem como documentos que tratassem da gestão esportiva no Estado do Espírito Santo.

A coleta de dados foi realizada na versão eletrônica do Diário Oficial do Espírito Santo, e organizada em planilha *Excel*. Os mapas foram construídos a partir do preenchimento de uma imagem coletada no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para o embasamento teórico sobre o tema, realizamos a primeira busca na base de dados *Scielo.br*, observando os descritores gestão e esporte, políticas públicas e esporte, encontrando dez artigos que tratavam de assuntos ligados ao tema abordado.

Os dados produzidos (localização das praças esportivas, municípios e modalidades esportivas contempladas) foram organizados em planilha *Excel* e cruzados para a realização da análise.

3 MEGAEVENTOS E LEGADOS

Em 2001 a cidade do Rio de Janeiro lançou sua candidatura como sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Vencida a eleição para receber o evento continental, iniciou-se a corrida para a viabilização de investimentos para o cumprimento das exigências da Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA). Com o objetivo de sediar eventos de maior impacto e relevância, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos de Verão, o país deveria se mostrar capaz de organizar um evento de menor porte para se credenciar perante instituições como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI).

Em outubro de 2007, ou seja, três meses após o término dos Jogos Pan-Americanos, o Brasil foi confirmado⁸ sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Nesse ínterim o país já havia lançado sua candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016, o que aumentou a discussão sobre a necessidade de investimentos em infraestrutura, sobretudo da modernização do parque esportivo nacional, aeroportos, mobilidade urbana, expansão da rede hoteleira e capacitação do setor de turismo. Dois anos depois, o Comitê Olímpico Internacional votou pela realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Sabendo que seria sede desses dois

⁸ Para Copa do Mundo de Futebol de 2014, apenas o Brasil apresentou candidatura para sediar o evento.

megaeventos iniciava-se a discussão sobre os legados deixados pela Copa do Mundo, mas principalmente pelos Jogos Olímpicos.

[...] Comparativamente, a questão do legado possui bem menos importância no âmbito da FIFA. Esta relativa despreocupação da entidade dirigente do futebol mundial com um discurso de responsabilidade social de seu megavento está provavelmente relacionado ao fato de que, ao contrário do Comitê Olímpico Internacional, a FIFA desenvolveu muito pouco um discurso a respeito de valores do esporte como uma missão a promover por meio do futebol [...] (TAVARES, 2011, p. 19).

E para registrar, e reforçar, como a realização dos Jogos Olímpicos em 2016 no Rio de Janeiro, deixaria uma herança positiva para a cidade e para o país, o Ministério do Esporte lançou os Cadernos de Legados Rio 2016, divididos em: a) Caderno de Legados Brasil; b) Caderno de Legados Social; c) Caderno de Legados Urbano Ambiental.⁹

A intenção das cidades que sediam um megavento é se beneficiar para se desenvolver como um todo. Nem sempre esse desenvolvimento se concretiza com plenitude.

A curva ascendente do número de cidades candidatas à sede dos Jogos Olímpicos e o dado de que a grande maioria delas está localizada em países ricos evidenciam que os Jogos trazem mais benefícios do que custos e problemas para as cidades que se dispõem a sediá-los. Há poucas dúvidas sobre o saldo positivo que ele pode trazer, econômica, social e politicamente falando. Todavia, os Jogos não podem ser vistos como panaceia para os problemas locais (TAVARES, 2005, p. 80).

Nesse contexto, temos exemplos de cidades que conseguiram otimizar os benefícios trazidos pela organização das Olimpíadas, e exemplos de cidades que tiveram problemas principalmente econômicos após serem sedes.

Um bom exemplo é Barcelona, sede dos Jogos Olímpicos em 1992, que se beneficiou do evento para o desenvolvimento pleno da cidade.

Os Jogos Olímpicos (J.O.) de Barcelona 1992 mantém-se como uma experiência paradigmática na história do urbanismo olímpico, pois ali os J.O. atuaram como poderosa alavanca para o desenvolvimento urbano. O governo local investiu vultosas quantias e implementou projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiro marco na evolução urbana. Também projetou mundialmente a imagem da cidade, proporcionando efeitos multiplicadores a curto e médio prazo: grande aumento do afluxo de turistas, maior capacidade de atração dos investidores externos etc (MASCARENHAS, 2008, p. 189).

Na contramão está a Grécia. Alguns economistas defendem a ideia que os Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 contribuíram para a atual crise do país¹⁰. Altos gastos, descontrole nas obras e abandono do legado físico são apontados como fatores que fizeram com que as Olimpíadas de Atenas não tivessem saldo positivo para a economia e a para a sociedade.

⁹ Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snear/rio2016/default.jsp>>. Acesso em: 19 de jun. 2012.

¹⁰ Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111117_atenas_2004_crise_grega_tp.shtml>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

Para se conseguir sucesso na organização e realização de um megaevento, bem como obter êxito na futura utilização dos legados deixados, é necessário gestão qualificada, investimento e engajamento político. Em sua campanha eleitoral¹¹ em 2010 a atual presidente Dilma Rousseff destacava no eixo dos esportes quatro ações: a) Implantar e reformar quadras esportivas em 10 mil escolas públicas; b) Construir 800 complexos de esporte e lazer no país; c) Ampliar o programa Bolsa Atleta; d) Implantar ações de valorização do profissional de educação física.

Para a realização dos Jogos Olímpicos, de acordo com o Dossiê de Candidatura Rio 2016, já estão previstos mais de R\$ 12 bilhões em investimentos,¹² descritos no Caderno de Legados, que não contempla investimentos em atletas, seja na sua formação esportiva ou educacional, considerando a concomitância existente entre a dedicação ao campo escolar e esportivo (MELO, 2010; ROCHA, 2011; COSTA, 2012). Segundo Almeida e Marchi Júnior (2010) em 2007, ano em que foram realizados os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, houve investimento por parte de nove ministérios¹³ em esportes, sendo que em 2004 apenas cinco investiam, o que ratifica a mobilização pública para sediar o evento.

No dia 9 de julho de 2004 foi instituído pela Lei nº10.891, e regulamentada pelo Decreto nº5.342 em 14 de janeiro de 2005, o programa *Bolsa-Atleta Federal*, que visa investir prioritariamente nos esportes olímpicos e paralímpicos, para formar, manter e renovar gerações de atletas com potencial para representar o país, tendo como objetivo:

Garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e a participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva.¹⁴

Inicialmente o programa *Bolsa-Atleta Federal* disponibilizava bolsas a pouco menos de mil beneficiados, tendo no período de sete anos quadruplicado o número de atletas contemplados. Em 2012 foram 4234 agraciados com o programa, em 26 unidades federativas – apenas o Acre não possui bolsistas. Para o *Bolsa-Atleta Federal* os atletas foram divididos em cinco categorias: Base; Estudantil; Nacional; Internacional; e Olímpico/Paraolímpico.¹⁵

Um programa semelhante de financiamento de atletas também foi implementado pelo governo do Estado do Espírito Santo, com a perspectiva de beneficiar 100 atletas, em diversas modalidades esportivas. Conhecido como *Bolsa Atleta Capixaba*, conta com bolsas em três categorias: Estudantil, Nacional e Internacional.

Sendo esse programa nosso objeto de estudo, com questões pontuais a serem investigadas: em quais municípios estão os atletas do Espírito Santo beneficiados

¹¹Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/11/conheca-principais-propostas-de-campanha-de-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

¹² Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/matriz/>>. Acesso em: 15 de jun. 2012.

¹³ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde e Ministério do Turismo.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/sobre.jsp>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/default.jsp>>. Acesso em: 13 de maio 2012.

pelo programa *Bolsa Atleta Capixaba*? Existe relação com a localização das praças esportivas consideradas mais importantes do Estado? Por sua vez, quais as modalidades esportivas aparecem com maior frequência na captação de bolsa? Com as respostas dessas perguntas buscamos contribuir para novos estudos sobre o tema.

4 BOLSA ATLETA CAPIXABA

A bolsa oferecida pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (SESPORT), chamada de *Bolsa Atleta Capixaba*, tem como objetivo

[...] incentivar e apoiar atletas de alto rendimento para representar o Estado em competições oficiais com reconhecidos índices e classificações em Campeonatos Nacionais e Internacionais, que se encontram em fase de preparação para futuras competições (ESPÍRITO SANTO, 2012).

A seleção dos atletas depende, portanto, de seus resultados¹⁶ no ano anterior ao pleito, os esportistas podem concorrer em três categorias distintas, que possuem critérios semelhantes. Para a categoria Internacional (R\$2.000,00) o atleta precisa ter integrado a seleção nacional de sua modalidade e participado de torneios internacionais. Na categoria Nacional (R\$1.500,00) exige-se os resultados ou utiliza-se o ranking nacional da modalidade. Na categoria Estudantil (R\$500,00) o concorrente precisa estar regularmente matriculado numa instituição de ensino, bem como apresentar resultados esportivos. Todos os beneficiados da *Bolsa Atleta Capixaba* deverão comprovar residência fixa no Estado de no mínimo dois anos e prestar contas até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do incentivo. Deverão apresentar também documento da respectiva entidade desportiva declarando que o atleta beneficiado se encontra em plena atividade esportiva; no caso de categoria estudantil, o atleta deve comprovar também que se mantém estudando e com satisfatório desempenho escolar. Ao ser beneficiado com a bolsa, o atleta permitirá o uso de sua imagem em projetos sociais, mensagens publicitárias e anúncios oficiais, bem como ostentará os símbolos representativos do Estado do Espírito Santo, em seus uniformes e nos demais materiais de divulgação e *marketing*. O atleta perderá a bolsa caso deixe de satisfazer a quaisquer dos requisitos exigidos para a concessão da Bolsa Atleta ou for condenado por uso de doping.

No dia 24 de agosto de 2012, no Diário Oficial do Espírito Santo¹⁷ foi incluída no *Programa Bolsa Atleta Capixaba* a categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico. Seria composta por atletas capixabas que obtiveram a primeira, segunda ou terceira colocação nos Jogos Olímpicos/Paralímpicos imediatamente antecedente ao pleito – Jogos de Londres 2012. Os valores das bolsas são de R\$ 5 mil reais (medalha de ouro), R\$ 4 mil reais (medalha de prata) e R\$ 3 mil reais (medalha de bronze). A

¹⁶ Entende-se como primeira, segunda ou terceira colocações e recordes mundiais.

¹⁷ Disponível em: <www.dio.es.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2012.

criação dessa bolsa surge em meio a um expressivo número de capixabas medalhistas¹⁸ nos Jogos Olímpicos de Londres. Nessa categoria de bolsa não é pré-requisito residir no estado como nas outras categorias. Questionamos o motivo dessa flexibilização da lei a esse pré-requisito. A que se presta o afrouxamento das normas para que esses atletas recebam benefício? A utilização do esporte e de esportistas com bons resultados como propaganda política não é nenhuma novidade.

[...] Políticos diversos criaram o hábito de receber delegações esportivas, utilizando-se desses atletas como mecanismo de propaganda. Ao aliar suas imagens às de esportistas, políticos tentam usufruir o sucesso possível dos atletas, dividindo, mesmo que em partes desiguais, o reconhecimento público obtido (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 6).

Segundo entrevistas¹⁹ do governador e do secretário de Estado de Esporte e Lazer do Espírito Santo, essa bolsa tem o intuito de contemplar e dar apoio aos atletas que conquistaram medalhas nos Jogos Olímpicos de 2012 de Londres, e incentivar esses e outros atletas capixabas conquistarem medalhas nos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro.

Analisando esse discurso observamos um critério que merece ser discutido: o rendimento para a distribuição das bolsas. Os atletas para obterem o benefício necessitam apresentar resultados anteriores ao ano pleiteado. Isso torna a bolsa uma espécie de premiação, que é retirada do atleta caso o mesmo não mantenha os resultados que garantiram as bolsas – sem dar continuidade a um trabalho à longo prazo. Devemos entender, portanto, que o programa funciona como mecanismo de manutenção de atletas de alto rendimento. Não existe, portanto, um projeto maior que capacite profissionais (treinadores, fisioterapeutas, fisiologistas, nutricionistas etc.), contemplando toda a cadeia formativa do atleta. O sujeito precisa se formar de maneira individual, para depois receber o suporte financeiro do poder público, seja federal, estadual ou municipal.

A seguir faremos uma análise da distribuição dos beneficiados por municípios do Espírito Santo, a fim de identificar onde residem os principais atletas no estado.

5 DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS

A análise pelo critério de distribuição por municípios foi realizada para saber quais são e quantos possuem ao menos um atleta beneficiado pelo programa *Bolsa-Atleta*

¹⁸ Das 17 medalhas conquistadas pela delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Londres, três foram por atletas capixabas: os irmãos pugilistas Esquiva Falcão (medalha de prata) e Yamaguchi Falcão (medalha de bronze), Alison (medalha de prata) e Larissa (medalha de bronze), ambos do vôlei de praia. Nas Paraolimpíadas mais um capixaba logrou êxito e subiu ao pódio: Daniel Mendes do atletismo (medalha de prata).

¹⁹ Disponível em:

<http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2012/08/gazetaesportes/ultimas_noticias/1348287-governo-promete-bolsa-olimpica-para-atletas-do-espirito-santo.html>. Acesso em: 7 de jan. 2013.

Capixaba. No ano de 2010, foram ofertadas 100 bolsas, entretanto, apenas 55 atletas atenderam a todos os requisitos necessário para o recebimento da bolsa. Dos 78 municípios no Espírito Santo, apenas oito possuíam pelo menos um atleta contemplado (Figura 1).

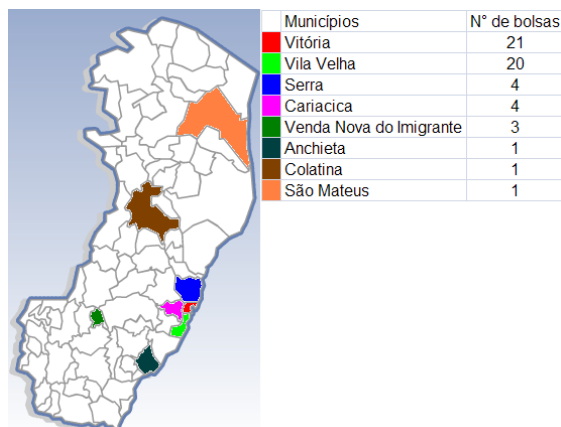


Figura 1 – Distribuição das bolsas por municípios em 2010

A região da Grande Vitória²⁰ era o local de residência de 89% dos atletas que recebiam o incentivo. Essa distribuição pode ser reflexo da falta de resultados esportivos de destaque considerando a residência dos atletas, bem como o deficiente investimento na manutenção de equipamentos esportivos para o desenvolvimento da atividade esportiva em alto rendimento fora dessa região. Podemos realçar dois municípios: a capital Vitória e a vizinha Vila Velha, que juntas concentravam 74% das bolsas.

Nesse ano as duas modalidades que mais captaram bolsas foram Natação e Ginástica (todos os atletas beneficiados dessas modalidades residem na Grande Vitória). Destacamos que essas modalidades necessitam de estrutura física de grande porte para que os atletas tenham resultados e consigam captar o incentivo. Para isso é necessário investimento, seja em praça esportiva, seja em recursos humanos – treinadores, professores, fisioterapeutas, nutricionistas, etc.

Em 2011 a distribuição dos atletas teve um aumento em sua abrangência no Estado, de oito para treze municípios (Figura 2). Apesar do aumento na quantidade de municípios, as bolsas continuaram concentradas na região da Grande Vitória que possuía 86% dos atletas bolsistas, e principalmente na capital Vitória e no município de Vila Velha, onde residiam 68% dos contemplados.

²⁰ Região Metropolitana que compreende os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

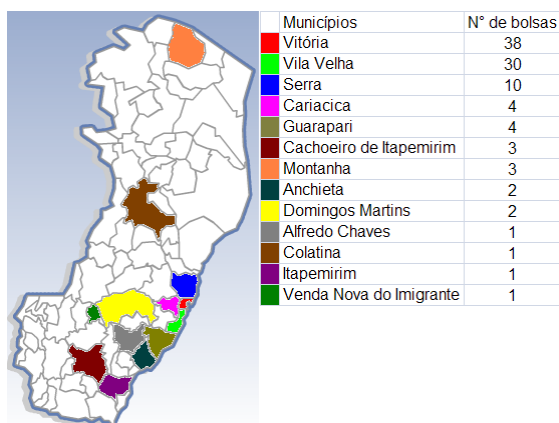


Figura 2 – Distribuição das bolsas por municípios em 2011

Além disso houve um aumento do número de bolsas captadas do ano de 2010 para o ano de 2011. Esse fato pode ser explicado pela pouca informação sobre o projeto no ano de sua implementação o que pode ter causado dúvidas no ato da solicitação ocasionando falta de documentos na requisição do benefício ou até mesmo ausência de resultados para pleitear uma bolsa. Já nos anos seguintes esses pontos foram superados, tanto que em 2011 e 2012, todas as 100 bolsas oferecidas no edital foram solicitadas e distribuídas. Assim como em 2010, as modalidades natação e ginástica lideraram a captação de bolsas (13 cada uma) em 2011.

Em 2012, 84% das bolsas foram destinadas a atletas residentes na Região da Grande Vitória. Esse panorama da distribuição foi pouco alterado quando comparado aos anos anteriores (89% em 2010 e 86% em 2011).

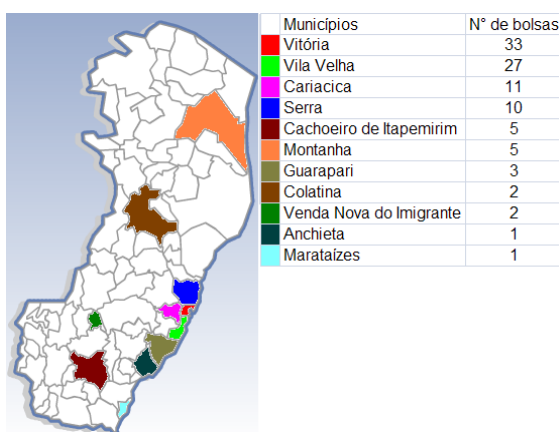


Figura 3 – Distribuição das bolsas por municípios em 2012

Quando analisado o volume de bolsas captado nos municípios de Vitória e Vila Velha, percebemos que houve um decréscimo maior. Enquanto em 2010 eram 74%, em 2011 passou para 68% e atingiu a marca de 60% no ano de 2012. Com relação às modalidades esportivas em destaque, natação e ginástica se mantêm como as maiores captadoras do incentivo, enquanto as Lutas Associadas passaram a ocupar a terceira posição.

Verificamos que existe uma pequena descentralização ano após ano, em relação às duas principais cidades do Estado. Porém o número de municípios contemplados que tinha aumentado de 2010 para 2011 – saltando de oito para treze, voltou a

diminuir em 2012 (onze municípios). Os municípios de Serra e Cariacica passaram a captar mais bolsas, colaborando com a distribuição entre os municípios da região metropolitana. Alguns fatores podem contribuir para essa discrepância na distribuição das bolsas por municípios. As características socioeconômicas e demográficas da Região Metropolitana da Grande Vitória podem sugerir maior investimento nessa região quando observados indicadores como população e PIB (Produto Interno Bruto). Essa região corresponde a 48,19% de toda a população do estado do Espírito Santo, enquanto o PIB refere-se à aproximadamente 63% do PIB capixaba²¹.

6 LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS ESPORTIVAS DO ESTADO E AS MODALIDADES DE DESTAQUE

Com intuito de receber delegações que irão participar dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, tentando tirar proveito da proximidade com a cidade sede, e condições climáticas semelhantes, o governo do Estado lançou um guia intitulado “Guia ES 2016 – O caminho para o pódio passa pelo Espírito Santo” (Guia ES 2016). A idéia é recepcionar delegações para um período de adaptação e treinamento com o argumento da oportunidade de divulgar o Estado, além de estimular e desenvolver o esporte de alto rendimento capixaba. Para isso existe o compromisso do Governo do Espírito Santo de investir 150 milhões de reais na infraestrutura esportiva – acompanhando a lógica nacional de investimentos em legado tangível, ou seja, parques esportivos.

Um importante item desse guia são os Centros de Treinamentos, locais com capacidade para receber equipes que tenham interesse em se hospedar no Estado para um período de aclimação, antes dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos. O documento apresenta doze locais²², os quais nove já estão aprovados pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Além da lista anterior, também existe uma outra lista com três²³ Centros de Treinamento que foram selecionados pelo Comitê Local da Copa do Mundo de 2014 (*Team Base Camps Brochure*)²⁴ como locais de treinamentos oficial para as seleções que disputarão o torneio.

²¹ Disponível em:

<http://www.ijon.es.gov.br/images/flippingbook/perfil2009/perfil_metropolitano/perfil_metropolitano.pdf>. Acesso em: 31 de mar. 2012

²² Vitória: Centro de Treinamento Esportivo Jayme Navarro de Carvalho; Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral; Clube Ítalo Brasileiro; Ginásio Jones dos Santos Neves; Iate Clube Espírito Santo; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Centro Esportivo Tancredo Neves (Tancredão) – Vitória. Serra: Associação Esportiva Recreativa de Tubarão (AERT); Estação de Conhecimento Serra; Arena Esportiva e Cultural Riviera. Cariacica: Estádio Estadual Kleber Andrade. Vila Velha: Centro Esportivo Presidente João Goulart (Tartarugão).

²³ Centro de Treinamento Parque do China, Associação Esportiva Siderúrgica de Tubarão (AEST) e Estádio Estadual Kleber Andrade.

²⁴ Disponível em:

Analisando sua localização podemos observar que todas as estruturas esportivas indicadas como referência no documento “Guia ES 2016” estão na Região Metropolitana, mais precisamente em apenas quatro municípios – Vitória (7), Serra (3), Vila Velha (1) e Cariacica (1). Durante os três anos (2010, 2011 e 2012), os quatro municípios abrigaram também o maior número de bolsistas – (83%). Vitória, capital do Estado, é município com o maior número de atletas contemplados (38%), e abriga também a maior parte das instalações esportivas de referência. A distribuição dos equipamentos esportivos do Espírito Santo segue a distribuição dos clubes brasileiros apresentada no estudo de Bastidas e Bastos (2011): 49% dos clubes estão na região sudeste e 30% na região sul. Sendo que 75% do total de clubes se localizam em apenas seis estados.

Podemos destacar as modalidades de natação e ginástica como as que mais captaram bolsas, sendo que todas foram destinadas a região metropolitana. Dessas, 82% estão concentradas nos municípios de Vitória e Vila Velha. Com relação a natação, dos 12 locais indicados pelo governo como referência de treinamento esportivo no “Guia ES 2016”, oito possuem piscinas; enquanto na ginástica podemos inferir que, além da estrutura de treinamento disponibilizada em Vitória e Vila Velha, tivemos a presença da seleção brasileira dessa modalidade treinando no estado por quatro anos (de 2006 a 2009), também por uma treinadora local (Monika Queiroz), com atletas capixabas selecionadas, impactando em resultados e captação de bolsas. Outro fato que merece atenção é a ascensão das lutas²⁵, visto que no primeiro ano do programa estadual (2010), foi destinado para atletas dessa modalidade nove bolsas, passando para vinte e seis bolsas no ano seguinte (2011) e trinta e três bolsas em 2012. Algumas modalidades como beach soccer, volei de praia, remo, iatismo, *bodyboard* e *surf*, tem à disposição as condições físicas naturais contribuindo para sua prática, certamente isso não basta, mas contribui. Sendo que em todos os anos analisados, pelo menos metade das bolsas da categoria Internacional, são destinadas aos atletas dessas modalidades.

7 CONCLUSÕES

Consideramos que a distribuição desigual (em relação a geografia) das bolsas do programa Bolsa Atleta Capixaba pode ser relacionada à concentração das principais praças esportivas na região metropolitana, o que implica qualificar os investimentos seja da esfera pública ou privada. O programa Bolsa Atleta, tanto o Estadual quanto o Federal, exigem resultados prévios para que sejam concedidas as bolsas, o que descaracteriza o programa como formador de atletas, aproximando-o do contexto de esporte de rendimento. Com isso, exige espaços físicos e corpo técnico especializado para seu desenvolvimento – cenário encontrado pelos atletas na

<http://pt.fifa.com/mm/document/tournament/loc/01/67/33/67/tbc_complete_310712_1stversion.pdf>.

Acesso em: 12 de ago. 2012.

²⁵ Entende-se por lutas as modalidades de: lutas associadas; judô; kick boxing, jiu-jítsu; boxe; taekwondo; e karatê.

Região Metropolitana; cursos de formação superior²⁶ e a presença de parques esportivos importantes. Para diminuir a concentração de bolsas é necessário elaboração de estudos de viabilidade e melhor distribuição das verbas destinadas ao esporte, contemplando os municípios fora dessa região, além da presença de recursos humanos capacitados nesses municípios.

Salientamos que os investimentos realizados não abarcam a formação dos atletas, e sim a manutenção daqueles que já alcançaram resultados expressivos. Para tanto, sugerimos um melhor destino para a verba pública relacionado ao esporte, garantindo o direito constitucional principalmente nos âmbitos participativo e educacional, bem como a capacitação de profissionais para que consigam captar recursos privados ou via leis de incentivo ao esporte de rendimento – tanto para a formação quanto para a manutenção de atletas profissionais, âmbito esportivo também previsto em lei, mas que não constitui prioridade de investimentos.

8 REFERÊNCIAS

2014 FIFA WORLD CUP BRAZIL™ LOCAL ORGANISING COMMITTEE. **Team Base Camps Brochure**. First Version, 2012.

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. A relação governo federal e Comitê Olímpico Brasileiro com base na análise da Lei 10.264/2001 (Agnelo-Piva) no período de 2005 a 2008. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 575-595, 2012.

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 73-92, 2010.

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P.; O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **Revista de Administração de Empresas - eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 1. 2007.

BASTIDAS, M. G.; BASTOS, F. C. A Lei de Incentivo Fiscal para o desporto e a formação de atletas no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 1, n. 2, p. 111-121, 2011.

BRASIL, Lei nº11.438 de 29 de dezembro de 2006. Instituiu incentivo fiscal a projetos esportivos, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/L11438compilado.htm. Acesso em: 7 de março de 2013.

BRASIL, Lei nº9.615 de 24 de março de 1998. Instituiu normas gerais sobre desporto e dá outras providências, 1998. Disponível em:

²⁶ Segundo Conselho Regional de Educação Física da Primeira Região (CREF 1) do onze cursos de formação superior em Educação Física do Estado do Espírito Santo seis estão na Região Metropolitana. Disponível em: <http://www.cref1.org.br/cursosGraduacao_es.php>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615Compilada.htm>. Acesso em: 7 de março 2013.

COSTA, F. R. da. **A escola, o esporte e a concorrência entre estes mercados para jovens atletas mulheres no futsal de Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº2461 – R de 8 de fevereiro de 2010. Regulamenta as Leis Estaduais nº9.366/2009, que instituiu o *Programa Bolsa Atleta*.

ESPÍRITO SANTO. **Guia ES 2016 – O caminho para o pódio passa pelo Espírito Santo**, 2011.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. Processo seletivo para concessão da Bolsa-Atleta Estadual. Edital nº 0012/2012.

MASCARENHAS, G. Barcelona – 1992: um Modelo em Questão. *In*: DaCOSTA, L. P. et al. (Ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, p. 189-193, 2008.

MELO, L. B. S. **Formação e escolarização de jogadores de futebol no Estado do Rio de Janeiro**. 2010. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2010.

RIO DE JANEIRO. **Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**, n. 36, 2007.

ROCHA, H. D. P. A. D. et al. Jovens esportistas: profissionalização no futebol e a formação na escola. **Motriz**, v. 17, n. 2, p. 252-263, 2011.

ROCHA, C. M. da.; BASTOS, F. C. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v. 25, n. esp., p. 91-103, 2011.

SILVA, J. Segurança em Megaeventos Esportivos. *In* DaCOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte no Brasil**, Rio de Janeiro CONFEF, p. 17-20, 2006

TAVARES, O. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, 2011.

TAVARES, O. Quem são os vencedores e os perdedores dos Jogos Olímpicos? **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 69-84, 2005.